



RELATÓRIO CONTÁBIL 2024

Justiça Federal da 5ª Região

Unidade Gestora: Justiça Federal de Primeiro Grau – RN

Código no SIAFI: 090007

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

HALLISON REGO BEZERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

BRENO GOMES ALVES
Diretor da Secretaria Administrativa

WENDELL MEDEIROS DE AZEVEDO
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

SAMUEL SANTOS SIMÕES
Analista Judiciário – Especialidade Contadoria
Contador Responsável
CRC RN-012773/O

Sumário

Sumário

Apresentação.....	4
Declaração Anual do Contador	5
Demonstrações Contábeis	6
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	8
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	9
BALANÇO FINANCEIRO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
Notas Explicativas	14
INFORMAÇÕES GERAIS	14
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Nota 02 - Créditos a Curto Prazo	19
Nota 03 - Estoques.....	19
Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada.....	20
Nota 05 - Imobilizado	21
Nota 06 - Intangível.....	23
Nota 07 – Passivo Circulante.....	23
Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores	24
Nota 09 – Atos Potenciais Ativos	24
Nota 10 – Atos Potenciais Passivos	24
Nota 11 – Taxas.....	25
Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	25
Nota 13 – Transferências Financeiras Recebidas	25
Nota 14 – Ganhos com Incorporação de Ativos.....	25
Nota 15 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	25
Nota 16 – Pessoal e Encargos	26
Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	27
Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo.....	28
Nota 19 – Transferências Financeiras Concedidas	29
Nota 20 – Desincorporação de Ativos	29
Nota 21 – Tributárias	29
Nota 22 – Receitas Orçamentárias	30
Nota 23 – Despesas Orçamentárias.....	30
Nota 24 – Execução dos Restos a Pagar não Processados	32
Nota 25 – Inscrição de Restos a Pagar Processados	32
Nota 26 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....	33
Nota 27 – Desembolsos das Atividades Operacionais.....	33
Nota 28 – Desembolsos das Atividades de Investimento	34
Nota 29 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	35

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN).

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da JFRN é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são compostas pelos seguintes demonstrativos:

- **Balanço Patrimonial:** tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- **Balanço Orçamentário:** objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.
- **Balanço Financeiro:** tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a JFRN.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas.

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024 da Justiça Federal de Primeiro Grau do RN (JFRN), UG 090007.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas (NE), encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir:

1. Não foi executada a avaliação de bens imóveis (Restrição 634)

Desde 2016 não se realizam avaliações dos imóveis utilizados pela JFRN. Ao final do exercício de 2024, havia R\$ 5.688.355,77 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos) em investimentos pendentes de atualização na base do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET. Esse valor corresponde a 5,4% do total registrado para os imóveis no SPIUNET e não compõe a base de cálculo para a depreciação. Ressalte-se que o valor de mercado dos bens pode diferir significativamente do contabilmente registrado, o que destaca a importância da atualização.

A área técnica informou que iniciou processo administrativo para atualizar os registros relativos aos bens imóveis e que objetiva dar andamento à avaliação e à atualização cadastral desses bens.

Estou Ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal/RN, 15/01/2025

Samuel Santos Simões

CRC RN-012773/O

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE		21.740.566,64	12.174.839,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	9.711.405,47	1.748.279,20
Créditos a Curto Prazo	02	10.040.964,06	10.188.171,90
Estoques	03	217.132,42	220.938,82
VPDs Pagas Antecipadamente	04	1.771.064,69	17.449,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE		137.546.467,58	131.779.315,00
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.165.179,29	-
VPDs Pagas Antecipadamente	04	2.165.179,29	
Imobilizado	05	133.048.742,47	127.940.728,24
Bens Móveis		18.930.566,26	17.522.539,77
Bens Móveis		43.198.330,49	39.407.565,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-24.267.764,23	-21.885.025,40
Bens Imóveis		114.118.176,21	110.418.188,47
Bens Imóveis		115.610.518,30	111.580.841,53
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.492.342,09	-1.162.653,06
Intangível	06	2.332.545,82	3.838.586,76
Softwares		5.779.591,79	6.188.527,86
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-3.447.045,97	-2.349.941,10
TOTAL DO ATIVO		159.287.034,22	143.954.154,24
PASSIVO CIRCULANTE	07	11.980.075,20	7.875.190,27
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		7.880.061,34	5.188.330,40
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	83.699,17
Demais Obrigações a Curto Prazo		4.100.013,86	2.603.160,70
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		11.980.075,20	7.875.190,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		147.306.959,02	136.078.963,97
Resultados Acumulados		147.306.959,02	136.078.963,97
Resultado do Exercício		11.614.070,76	2.706.269,44
Resultados de Exercícios Anteriores		136.078.963,97	135.445.120,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	08	-386.075,71	-2.072.425,95
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		159.287.034,22	143.954.154,24

Fonte: SIAFI.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO (I)	159.287.034,22	143.954.154,24
ATIVO FINANCEIRO	9.711.405,47	1.748.279,20
ATIVO PERMANENTE	149.575.628,75	142.205.875,04
PASSIVO (II)	15.602.937,78	11.949.830,00
PASSIVO FINANCEIRO	8.018.271,98	7.071.213,20
PASSIVO PERMANENTE	7.584.665,80	4.878.616,80
SALDO PATRIMONIAL (III) = I-II	143.684.096,44	132.004.324,24

Fonte: SIAFI

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	09	1.624.154,83	1.055.910,04
Atos Potenciais Ativos		1.624.154,83	1.055.910,04
Garantias e Contragarantias Recebidas		1.624.154,83	1.055.910,04
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10	16.540.872,47	35.989.602,54
Atos Potenciais Passivos		16.540.872,47	35.989.602,54
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.552.917,14	578.294,83
Obrigações Contratuais		13.987.955,33	35.411.307,71
TOTAL		16.540.872,47	35.989.602,54

Fonte: SIAFI

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO
BALANÇO PATRIMONIAL**

R\$ Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.814.620,04
Recursos Vinculados	-121.486,55
Previdência Social (RPPS)	-109.163,84
Fundos, Órgãos e Programas	-12.322,71
TOTAL	1.693.133,49

Fonte: SIAFI.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		235.672.055,42	214.970.649,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.488.269,71	1.317.465,66
Taxas	11	1.488.269,71	1.317.465,66
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		92.404,53	91.585,20
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12	92.404,53	91.585,20
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		17.514,40	-
Juros e Encargos de Mora		17.514,40	-
Transferências e Delegações Recebidas		232.265.056,84	206.393.461,68
Transferências Intragovernamentais	13	232.142.058,83	205.981.570,03
Outras Transferências e Delegações Recebidas		122.998,01	411.891,65
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		494.881,30	5.238.274,69
Ganhos com Incorporação de Ativos	14	494.881,30	5.218.614,87
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	19.659,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.313.928,64	1.929.862,48
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15	1.313.928,64	1.929.862,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		224.057.984,66	212.264.380,27
Pessoal e Encargos	16	154.597.192,37	142.138.434,57
Remuneração a Pessoal		117.352.113,37	110.436.749,08
Encargos Patronais		18.580.938,12	17.385.554,68
Benefícios a Pessoal		9.799.944,35	8.669.625,23
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.864.196,53	5.646.505,58
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	31.466.980,61	29.975.147,30
Aposentadorias e Reformas		27.399.627,95	25.678.500,90
Pensões		3.977.444,63	3.911.688,72
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		89.908,03	384.957,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	30.898.616,21	28.425.575,14
Uso de Material de Consumo		1.880.100,73	1.378.837,35
Serviços		24.467.420,21	23.951.378,22
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.551.095,27	3.095.359,57
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.154,92	13,60
Juros e Encargos de Mora		3.154,92	13,60
Transferências e Delegações Concedidas		3.611.642,06	8.948.740,63
Transferências Intragovernamentais	19	3.462.170,69	8.588.952,57
Outras Transferências e Delegações Concedidas		149.471,37	359.788,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.340.969,54	855.557,23
Perdas Involuntárias		20.726,00	2.433,99
Incorporação de Passivos		-	19.559,82
Desincorporação de Ativos	20	1.320.243,54	833.563,42
Tributárias	21	2.137.515,21	1.920.680,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		106.296,90	103.487,61
Contribuições		2.031.218,31	1.817.193,27
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.913,74	230,92
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.913,74	230,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = I-II		11.614.070,76	2.706.269,44

Fonte: SIAFI.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	22	-	-	-	-
DEFICIT				224.756.779,52	224.756.779,52
TOTAL		-	-	224.756.779,52	224.756.779,52

Fonte: SIAFI.

R\$ Reais

DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESpesas CORRENTES (I)		-	-	215.492.129,82	214.831.662,83	211.529.053,68	-215.492.129,82
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	172.796.954,28	172.796.954,28	170.707.794,33	-172.796.954,28
Outras Despesas Correntes		-	-	42.695.175,54	42.034.708,55	40.821.259,35	-42.695.175,54
DESpesas DE CAPITAL (II)		-	-	9.264.649,70	7.089.240,83	6.915.371,77	-9.264.649,70
Investimentos		-	-	9.264.649,70	7.089.240,83	6.915.371,77	-9.264.649,70
TOTAL DAS DESPESAS (III) = I+II	23	-	-	224.756.779,52	221.920.903,66	218.444.425,45	-224.756.779,52

Fonte: SIAFI.



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = a+b-d-e
DESPESAS CORRENTES		877.907,66	787.402,81	763.576,92	756.721,89	170.213,81	738.374,77
Pessoal e Encargos Sociais		877.907,66	208.080,80	208.080,80	208.080,80	147.727,58	730.180,08
Outras Despesas Correntes		-	579.322,01	555.496,12	548.641,09	22.486,23	8.194,69
DESPESAS DE CAPITAL		33.790,00	2.375.539,26	2.333.826,39	2.333.826,39	20.035,89	55.466,98
Investimentos		33.790,00	2.375.539,26	2.333.826,39	2.333.826,39	20.035,89	55.466,98
TOTAL	24	911.697,66	3.162.942,07	3.097.403,31	3.090.548,28	190.249,70	793.841,75

Fonte: SIAFI.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.983.054,89	2.949.120,36	7.890,23	26.044,30
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.161.402,72	2.127.468,19	7.890,23	26.044,30
Outras Despesas Correntes	-	821.652,17	821.652,17	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	12.700,54	12.700,54	-	-
Investimentos	-	12.700,54	12.700,54	-	-
TOTAL	-	2.995.755,43	2.961.820,90	7.890,23	26.044,30

Fonte: SIAFI.

BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias (I)	22	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	13	232.142.058,83	205.981.570,03
Resultantes da Execução Orçamentária		226.898.712,36	205.935.813,09
Repasso Recebido		14.428,00	56.776,37
Sub-repasso Recebido		226.884.284,36	205.879.036,72
Independentes da Execução Orçamentária		5.243.346,47	45.756,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.869.002,25	
Demais Transferências Recebidas		7.851,79	28.879,83
Movimentação de Saldos Patrimoniais		366.492,43	16.877,11
Recebimentos Extraorçamentários (III)		10.344.625,83	10.362.476,11
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25	3.476.478,21	2.995.755,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26	2.835.875,86	3.162.942,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.137.260,45	864.590,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.895.011,31	3.339.187,99
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		192,37	168,19
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		216,06	
Arrecadação de Outra Unidade		2.894.602,88	3.338.913,34
Valores para Compensação			106,46
Saldo do Exercício Anterior (IV)		1.748.279,20	3.882.329,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	1.748.279,20	3.882.329,91
TOTAL (V) = I+II+III+IV		244.234.963,86	220.226.376,05
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)	23	224.756.779,52	207.327.210,70
Ordinárias		197.083.720,20	180.015.022,02
Vinculadas		27.673.059,32	27.312.188,68
Previdência Social (RPPS)		26.180.976,10	25.417.787,92
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.492.083,22	1.894.400,76
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	19	3.462.170,69	8.588.952,57
Resultantes da Execução Orçamentária		10.676,66	2.737.488,51
Repasso Concedido		10.676,66	2.737.488,51
Independentes da Execução Orçamentária		3.451.494,03	5.851.464,06
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		494.881,30	2.481.126,36
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.956.612,73	3.370.337,70
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		6.304.608,18	2.561.933,58
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.961.820,90	123.996,67
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24	3.090.548,28	1.573.239,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		252.022,94	864.590,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários		216,06	106,46
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			100,00
Demais Pagamentos		216,06	6,46
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		9.711.405,47	1.748.279,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	9.711.405,47	1.748.279,20



TOTAL (X) = VI+VII+VIII+IX

244.234.963,86 220.226.376,05

Fonte: SIAFI.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		R\$ Reais	
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		17.225.024,97	9.189.985,20
INGRESSOS		236.174.138,22	210.185.180,45
Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais		236.174.138,22	210.185.180,45
Ingressos Extraorçamentários		1.137.260,45	864.590,62
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		216,06	
Transferências Financeiras Recebidas	13	232.142.058,83	205.981.570,03
Arrecadação de Outra Unidade		2.894.602,88	3.338.913,34
Valores para Compensação			106,46
DESEMBOLSOS		-218.949.113,25	-200.995.195,25
Pessoal e Demais Despesas	27	-196.366.748,55	-174.369.442,77
Judiciário		-155.209.512,69	-137.101.794,39
Previdência Social		-28.439.809,67	-27.212.966,67
Encargos Especiais		-12.717.618,56	-10.054.849,90
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		192,37	168,19
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-18.867.955,01	-17.172.102,83
Intragovernamentais		-18.867.955,01	-17.172.102,83
Outros Desembolsos Operacionais		-3.714.409,69	-9.453.649,65
Dispêndios Extraorçamentários		-252.022,94	-864.590,62
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-100,00
Transferências Financeiras Concedidas	19	-3.462.170,69	-8.588.952,57
Demais Pagamentos		-216,06	-6,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-9.261.898,70	-11.324.035,91
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS	28	-9.261.898,70	-11.324.035,91
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.962.820,14	-10.376.821,47
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-299.078,56	-947.214,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29	7.963.126,27	-2.134.050,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		1.748.279,20	3.882.329,91
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	01	9.711.405,47	1.748.279,20

Fonte: SIAFI

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2024

Unidade Gestora:

090007 – Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN)

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 10ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o número 05.441.836/0001-45, é um órgão da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário brasileiro, e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da entidade:

A JFRN tem a sua sede administrativa na Rua Dr. Lauro Pinto, nº 245, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250. Site: www.jfrn.jus.br.

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto às Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da JFRN, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração e avaliação das entradas dos bens de almoxarifado é o custo de aquisição ou produção. Já para as saídas, é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão em exercício(s) seguinte(s). A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;

II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização de bens intangíveis de vida útil definida foi calculada e registrada mensalmente.

(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização, na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Funda, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, de 4 de julho de 2023, esta última aplicável aos bens imóveis.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- I. quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II. - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou
- IV. IV - quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os bens imóveis da JFRN não foram reavaliados no exercício de 2024. Para mais informações, verificar o item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste Relatório Contábil.

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução

ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

Em 2024, nenhum ativo da JFRN foi submetido ao teste de recuperabilidade.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção do Manual SIAFI 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A JFRN realizou a depreciação e a amortização de seus bens móveis e intangíveis em 2024. Entretanto, ressalte-se que, para os bens imóveis, os valores pendentes de registro no SPIUnet não compõem a base para o cálculo da depreciação, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador neste relatório.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

(j) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Deficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo representa o valor disponível na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme estabelecido pelo Órgão de Programação Financeira, para realização de pagamentos com vinculação específica. Abaixo, o detalhamento por fonte de recursos:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa, composição por fonte de recursos. Valores em R\$.

Fonte	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
000 - Recursos livres da União	8.813.733,67	1.659.662,94	90,76%	431,06%
027 - Serviços afetos às atividades específicas da Justiça	2.556,50	88.616,26	0,03%	-97,12%
056 - Benefícios do RPPS da União	9.877,79	0,00	0,10%	-
491 - Recursos Diversos	885.237,51	0,00	9,12%	-
Total	9.711.405,47	1.748.279,20	100,00%	455,48%

Fonte: SIAFI.

A fonte 491 – Recursos Diversos refere-se ao reconhecimento patrimonial de valores retidos, sobre pagamentos de contratos cujos objetos sejam a prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, em Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para Movimentação, nos termos do Acórdão TCU 2.717/2023 – Plenário.

Nota 02 - Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2024, apresenta a seguinte composição:

Tabela 2 - Créditos a curto prazo. Valores em R\$.

Conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	10.211,86	694.904,86	0,10%	-98,53%
ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	609.797,86	522.018,43	6,07%	16,82%
ADIANTAMENTO AUXÍLIO-TRANSPORTE	2.504,32	3.033,16	0,02%	-17,44%
ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVIÇOS	9.180,00	36.175,00	0,09%	-74,62%
VALORES A REC POR DEVOLUÇÃO DESP. ESTORNADAS	0,00	17.651,73	0,00%	-100,00%
ADIANTAMENTO TERMO EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	9.409.270,02	8.914.388,72	93,71%	5,55%
Total	10.040.964,06	10.188.171,90	100,00%	-1,44%

Fonte: SIAFI.

Os adiantamentos referentes a Termos de Execução Descentralizada correspondem ao programa de residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrópole Digital/UFRN, no percentual de 77%, ao Projeto de Pesquisa Nisia-Higia, no percentual de 19%, e ao curso de pós-graduação *strictu sensu*, na modalidade de mestrado profissional, em Ciência, Tecnologia e Inovação, destinado a magistrados e servidores da JFRN, no percentual de 4% do total em ADIANTAMENTO - TERMO EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.

Nota 03 - Estoques

Representa o material de consumo, estocado na unidade, para utilização em suas operações, cuja composição, por subitem da natureza de despesa orçamentária, segue:

Tabela 3 – Estoques. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
22 - Material de limpeza e produtos de higienização	73.464,55	67.265,19	33,83%	9,22%
16 - Material de expediente	40.138,82	30.439,74	18,49%	31,86%
17 - Material de TIC	33.569,74	45.250,08	15,46%	-25,81%



21 - Material de copa e cozinha	18.613,77	15.817,76	8,57%	17,68%
07 - Gêneros de alimentação	15.179,42	6.101,95	6,99%	148,76%
28 - Material de proteção e segurança	12.245,40	13.075,17	5,64%	-6,35%
29 - Material para áudio, vídeo e foto	7.816,40	7.828,20	3,60%	-0,15%
50 - Bandeiras, flâmulas e insígnias	5.271,00	7.267,41	2,43%	-27,47%
36 - Material hospitalar	3.510,00	3.358,23	1,62%	4,52%
19 - Material de condicionamento e embalagem	3.151,18	838,77	1,45%	275,69%
26 - Material elétrico e eletrônico	1.419,00	4.557,66	0,65%	-68,87%
44 - Material de sinalização visual e outros	1.101,33	1.148,57	0,51%	-4,11%
23 - Uniformes, tecidos e aviamentos	901,81	1.417,13	0,42%	-36,36%
35 - Material Laboratorial	750,00	1.000,00	0,35%	-25,00%
24 - Material para manutenção de bens imóveis e instalações	0,00	12.935,91	0,00%	-100,00%
25 - Material p/ manutenção de bens móveis	0,00	1.112,77	0,00%	-100,00%
42 - Ferramentas	0,00	1.524,28	0,00%	-100,00%
	217.132,42	220.938,82	100,00%	-1,72%

Fonte: SIAFI.

Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

O saldo deste subgrupo refere-se prêmios de seguros a apropriar, assinaturas e anuidades, conforme detalhado abaixo:

Tabela 4 - VPD paga antecipadamente. Valores em R\$.

Conta Contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDACAO	18.358,50	17.449,32	1,04%	5,21%
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	1.641.568,33	0,00	92,69%	-
VPD DE SERVIÇOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	111.137,86	0,00	6,28%	-
Total	1.771.064,69	17.449,32	100,00%	10049,76%

Fonte: SIAFI.

O saldo em ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR refere-se a pagamento de licenças temporárias para utilização de *softwares* diversos.

Nota 05 - Imobilizado

Em 31/12/2024, o valor líquido contábil do imobilizado, cuja distribuição entre móveis e imóveis detalha-se na Tabela 5, representou 83,53% do valor do total do ativo. Destaque-se, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste relatório, que os imóveis da JFRN encontram-se com valores desatualizados, consoante normas aplicáveis.

Tabela 5 - Imobilizado. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Bens Móveis (V = I – II)	18.930.566,26	17.522.539,77	14,23%	8,04%
Valor Bruto Contábil (I)	43.198.330,49	39.407.565,17		
Depreciação Acumulada (II)	24.267.764,23	21.885.025,40		
Bens Imóveis (VI = III – IV)	114.118.176,21	110.418.188,47	85,77%	3,35%
Valor Bruto Contábil (III)	115.610.518,30	111.580.841,53		
Depreciação Acumulada	1.492.342,09	1.162.653,06		
Total Líquido Contábil (VII = V + VI)	133.048.742,47	127.940.728,24	100,00%	3,99%

a) Bens Móveis

No exercício de 2024, o valor líquido contábil dos bens móveis variou, por item de conta contábil, segundo a Tabela 6:

Tabela 6 - Bens móveis. Valores em R\$.

Item conta contábil	31/12/2023 (a)	Adição (b)	Baixa (c)	Depreciação (d)	31/12/2024 (e) = a+b-c-d	AV (f) = e/(e TOTAL)	AH (g) = e/a- 1
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA	608.201,93	121.984,50	3.289,27	74.584,87	652.312,29	3,45%	7,25%
BENS DE INFORMATICA	9.697.584,14	7.032.946,79	42.691,86	2.427.781,88	14.260.057,19	75,33%	47,05%
MOVEIS E UTENSILIOS	2.008.611,54	184.625,56	14.543,76	303.402,08	1.875.291,26	9,91%	-6,64%
MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICACAO	638.730,64	135.237,50	22.497,43	77.597,38	673.873,33	3,56%	5,50%
VEICULOS	1.262.896,35	323.306,34	94.678,08	108.338,05	1.383.186,56	7,31%	9,52%
BENS MOVEIS EM ANDAMENTO	3.213.041,80	0,00	3.213.041,80	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
ARMAMENTOS	37.527,14	0,00	0,00	2.863,08	34.664,06	0,18%	-7,63%
DEMAIS BENS MOVEIS	55.946,23	546,63	4.220,61	1.090,68	51.181,57	0,27%	-8,52%
Total	17.522.539,77	7.798.647,32	3.394.962,81	2.995.658,02	18.930.566,26	100,00%	8,04%

Fonte: SIAFI.

BENS MOVEIS EM ANDAMENTO refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores desses ativos, cujas entregas efetivaram-se em 2024. Nesse item, 89,94% destinaram-se a BENS DE INFORMATICA e 10,06% a VEICULOS.

O item de maior relevância é BENS DE INFORMATICA, que representa 75,33% dos bens móveis e, também, apresentou maior nível de investimento. As aquisições em 2024 relacionadas a esses bens totalizaram, descontando-se os valores adiantados em 2023, R\$ 4.143.137,00 e destinaram-se, em sua maior parcela, à aquisição de ativos de rede (43,17%) e servidores/storage (53,79%).

b) Bens Imóveis

Em 31/12/2024, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresenta a seguinte composição, por item de conta contábil:

Tabela 7 - Bens imóveis. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	103.796.801,80	104.126.490,83	90,96%	-0,32%
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	3.079.436,16	2.467.443,12	2,70%	24,80%
INSTALACOES	1.553.582,48	0,00	1,36%	-
DEMAIS BENS IMOVEIS	5.688.355,77	3.824.254,52	4,98%	48,74%
Total	114.118.176,21	110.418.188,47	100,00%	3,35%

Fonte: SIAFI.

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET compreende os ativos que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) possibilita o controle da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUNET.

Os Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET, detalhados na Tabela 8, representaram 90,96% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2024. Saliente-se que não ocorreram adições, baixas ou reavaliações nesse item em 2024.

Tabela 8 - Imóveis registrados no SPIUNET. Valores em R\$.

	Última avaliação	Valor do terreno	Valor das benfeitorias	Valor bruto contábil	AV
Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN	17/06/2016	620.414,20	1.370.231,07	1.990.645,27	2%
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN		8.065.810,00	3.553.709,45	11.619.519,45	11%
Sede da Seção Judiciária do RN em Natal/RN		31.366.141,31	60.312.837,86	91.678.979,17	87%
Total		40.052.365,51	65.236.778,38	105.289.143,89	100%

Fontes: SIAFI e SPIUNET.

O saldo em 31/12/2024 de DEMAIS BENS IMOVEIS representa os Bens Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUNET e compreende, principalmente, os investimentos em bens imóveis (essencialmente benfeitorias já concluídas em edifícios) que estão pendentes de regularização cadastral para serem registrados ou atualizados na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Consequentemente, tais valores não estão cadastrados no SPIUNET. O detalhamento encontra-se na Tabela 9.

Tabela 9 - Bens Imóveis a Classificar/Registrar. Valores em R\$.

Imóvel	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Sede da JFRN em Natal/RN	2.170.824,25	306.723,00	38,16%	607,75%
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN	2.341.931,88	2.341.931,88	41,17%	0,00%
Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN	737.742,86	737.742,86	12,97%	0,00%
Sede da Subseção Judiciária em Pau Dos Ferros/RN	437.856,78	437.856,78	7,70%	0,00%
Total	5.688.355,77	3.824.254,52	100,00%	48,74%

Fonte: SIAFI.

O saldo de BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO, cuja transferência, quando se concluem as obras



contratadas correspondentes, a depender da relevância do investimento efetuado, em observância ao art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10, de 4 de julho de 2023, realiza-se para os Bens Imóveis a Classificar/a Registrar no SPIUNET, que é conta do item DEMAIS BENS IMOVEIS, apresenta a composição abaixo:

Tabela 10 - Obras em andamento. Valores em R\$.

Imóvel	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Sede da JFRN em Natal/RN	1.392.637,58	2.159.368,87	45,22%	-35,51%
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN	23.000,00	23.000,00	0,75%	0,00%
Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN	618.143,02	255.474,25	20,07%	141,96%
Sede da Subseção Judiciária em Assu/RN	145.389,33		4,72%	-
Sede da Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN	681.310,24	29.600,00	22,12%	2201,72%
Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN	218.955,99		7,11%	-
Total	3.079.436,16	2.467.443,12	100,00%	24,80%

Fonte: SIAFI.

Nota 06 - Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2024, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme detalhado abaixo.

Tabela 11 - Softwares. Valores em R\$.

Item conta contábil	31/12/2023 (a)	Adição (b)	Baixa (c)	Amortização (d)	31/12/2024 (e) = a+b-c-d	AV (f) = e/(e TOTAL)	AH (g) = e/a-1
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	2.353.159,65	0,00	238.148,75	1.225.748,22	889.262,68	38,12%	-62,21%
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	1.485.427,11	9.012,03	51.156,00	-	1.443.283,14	61,88%	-2,84%
Total	3.838.586,76	9.012,03	289.304,75	1.225.748,22	2.332.545,82	100,00%	-39,23%

Fonte: SIAFI.

Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2024, apresenta a seguinte composição:

Tabela 12 - Passivo Circulante. Valores em R\$.

Subgrupo da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
OBRIG. TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR	7.880.061,34	5.188.330,40	65,78%	51,88%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		83.699,17	0,00%	-100,00%
ADIANT. DE CLIENTES E DEMAIS OBRIG A CURT PRAZ	4.100.013,86	2.603.160,70	34,22%	57,50%
Total	11.980.075,20	7.875.190,27	100,00%	52,12%

Fonte: SIAFI.

a) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

A maior parcela (65,78%) das obrigações no curto prazo da entidade referem-se a esse subgrupo. Segue detalhamento:

Tabela 13 – Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
PESSOAL A PAGAR	6.996.481,66	4.213.983,42	88,79%	66,03%
INSS A PAGAR	277.241,34	283.669,30	3,52%	-2,27%



PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS	606.338,34	690.677,68	7,69%	-12,21%
Total	7.880.061,34	5.188.330,40	100,00%	51,88%

Fonte: SIAFI.

O item mais relevante, tanto em proporção ao total do subgrupo como em variação, corresponde a PESSOAL A PAGAR, cuja composição, para os componentes mais relevantes, é férias de magistrados e servidores (49%), Adicional por Tempo de Serviço, devido a magistrados, de exercícios anteriores (36%) e ressarcimento de servidores requisitados (13%).

b) ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Referem-se, para os componentes mais relevantes, à retenção na fonte de tributos incidentes sobre os pagamentos realizados: 56% referem-se ao IRRF e 18% a contribuição previdenciária, cujos valores são recolhidos por DARF Numerado no mês seguinte à retenção. Além dos tributos, 22% correspondem aos recursos da fonte 491, conforme Nota Explicativa 01.

Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “resultado do exercício” e pelos “resultados de exercícios anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Especificam-se os movimentos realizados nessa conta, no exercício de 2024, na Tabela 14:

Tabela 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores, movimentos em 2024.

Descrição	2024
Baixa de devolução de despesa reconhecida em duplicidade em 2023.	-17.651,73
Retificação no importe de crédito para inscrição em Dívida Ativa da União reconhecido em 2023.	62.877,82
Baixa de adiantamento da remuneração no período de férias, valores compensados em exercícios anteriores.	-431.517,86
Baixa de passivo, reconhecido em duplicidade em 2023, relativo a contribuição previdenciária patronal.	216,06
Total	-386.075,71

Fonte: SIAFI.

Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

Em 31/12/2024, os atos potenciais ativos representam as garantias recebidas, referentes a contratos administrativos firmados com terceiros.

Nota 10 – Atos Potenciais Passivos

As obrigações potenciais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros, e os Termos de Execução Descentralizada, na figura de unidade descentralizadora dos recursos. Estão compostas da seguinte forma:

Tabela 15 – Atos Potenciais firmados pela SJRN. Valores em R\$.

Conta Contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REPASSAR	2.552.917,14	578.294,83	15,43%	341,46%
CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUCAO	10.185.224,33	32.130.271,34	61,58%	-68,30%
CONTRATOS DE ALUGUÉIS EM EXECUCAO	38.932,35	127.763,51	0,24%	-69,53%



CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUCAO	3.763.798,65	3.153.272,86	22,75%	19,36%
Total	16.540.872,47	35.989.602,54	100,00%	-54,04%

Fonte: SIAFI.

A sensível redução nos contratos de serviço em execução decorreu, na maior parcela, da baixa do saldo remanescente de contrato rescindido, relativo a assistência médica a magistrados e servidores. Essa rescisão decorreu da migração, por todos os magistrados e servidores associados, para o programa de autogestão em saúde da Justiça Federal da 5ª Região “TRFMED”.

Nota 11 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 31/12/2024, o saldo refere-se às receitas de contrato de cessão de uso de espaço físico de imóvel firmado com a Caixa Econômica Federal, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 13 – Transferências Financeiras Recebidas

As “Transferências Financeiras Recebidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Aumentativas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição desse subgrupo, em 31/12/2024, por item de conta contábil, era:

Tabela 16 - Transferências Intragovernamentais recebidas, por item de conta contábil. Valores em R\$.

Especificação	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Transferências recebidas para execução orçamentária	226.898.712,36	205.935.813,09	97,74%	10,18%
REPASSE RECEBIDO	14.428,00	56.776,37	0,01%	-74,59%
SUB-REPASSE RECEBIDO	226.884.284,36	205.879.036,72	97,74%	10,20%
Transferências recebidas independentemente da execução orçamentária	5.243.346,47	45.756,94	2,26%	11359,13%
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	4.869.002,25		2,10%	-
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	7.851,79	28.879,83	0,00%	-72,81%
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	366.492,43	16.877,11	0,16%	2071,54%
Transferências intragovernamentais	232.142.058,83	205.981.570,03	100,00%	12,70%

Fonte: SIAFI.

Nesse subgrupo, o item mais representativo (97,74%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias. Observou-se, adicionalmente, importe relevante no pagamento de restos a pagar, cujos valores destinaram-se, no percentual de 42%, para o pagamento de restos a pagar processados relativos aos Tributos Federais retidos em dezembro/2023 e recolhidos em janeiro/2024.

Nota 14 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Referem-se a Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que se encontram em andamento.

Nota 15 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas



O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

Tabela 17 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
MULTAS ADMINISTRATIVAS	21.878,70	5.849,91	1,67%	274,00%
INDENIZACOES	2.729,60		0,21%	-
RESTITUICOES	1.286.552,34	1.922.286,39	97,92%	-33,07%
VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	2.768,00	1.726,18	0,21%	60,35%
Total	1.313.928,64	1.929.862,48	100,00%	-31,92%

Fonte: SIAFI.

O valor mais representativo (97,92%) corresponde às restituições de honorários periciais decorrentes de assistência judiciária gratuita.

Nota 16 – Pessoal e Encargos

Inclui os subgrupos “Remuneração a Pessoal”, “Encargos Patronais”, “Benefícios a Pessoal” e “Outras VPDs – Pessoal e Encargos”. Em 2024, as despesas nesse grupo representaram 69% do total das variações patrimoniais passivas.

a) Remuneração a Pessoal

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondendo ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

“Remuneração a Pessoal” é o subgrupo de maior valor em “Pessoal e Encargos” e atingiu, em 2024, 76% do valor total para o grupo.

Tabela 18 - Remuneração a Pessoal. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
GRATIFICACOES	54.859.127,17	51.955.838,55	46,75%	5,59%
VENCIMENTOS E SALARIOS	40.201.861,46	37.137.039,12	34,26%	8,25%
FERIAS - RPPS	13.021.877,88	12.952.135,67	11,10%	0,54%
13º SALÁRIO - RPPS	8.268.607,37	7.545.146,60	7,05%	9,59%
Demais itens	1.000.639,49	846.589,14	0,85%	18,20%
Total	117.352.113,37	110.436.749,08	100,00%	6,26%

Fonte: SIAFI.

b) Encargos Patronais

Refere-se aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores e empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem como contribuições a entidades fechadas de previdência. Em 2024, compreendeu 12% do total para o grupo.

Tabela 19 - Encargos Patronais. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	16.582.651,43	15.621.850,74	89,25%	6,15%



COMPLEMENTACAO DE PREVIDENCIA	1.834.116,49	1.650.656,10	9,87%	11,11%
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	164.170,20	113.047,84	0,88%	45,22%
Total	18.580.938,12	17.385.554,68	100,00%	6,88%

Fonte: SIAFI.

c) Benefícios a Pessoal

Este subgrupo se refere às variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche.

Tabela 20 - Benefícios a Pessoal. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
AUXÍLIO ALIMENTACAO	7.241.318,08	6.046.744,87	73,89%	19,76%
AUXÍLIO CRECHE	1.487.722,76	1.217.514,85	15,18%	22,19%
INDENIZACAO DE TRANSPORTE - RPPS	869.767,12	879.113,94	8,88%	-1,06%
Demais itens	201.136,39	526.251,57	2,05%	-61,78%
Total	9.799.944,35	8.669.625,23	100,00%	13,04%

Fonte: SIAFI.

d) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas relacionadas a pessoal e encargos não abrangidas nos demais subgrupos.

Tabela 21 - Outras VPDs – Pessoal e Encargos. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	4.188.074,98	391.967,58	47,25%	968,47%
PESSOAL REQUISITADO - UNIÃO	1.663.672,57	1.955.467,32	18,77%	-14,92%
PESSOAL REQUISITADO - ESTADOS	2.060.180,57	2.250.989,03	23,24%	-8,48%
PESSOAL REQUISITADO - MUNICÍPIOS	952.268,41	1.048.081,65	10,74%	-9,14%
Total	8.864.196,53	5.646.505,58	100,00%	56,99%

Fonte: SIAFI.

O item de maior relevância, INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS, refere-se ao pagamento de licença compensatória concedida aos magistrados federais de primeiro e segundo grau, conforme dispõe a Resolução CJF 847/2023.

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” abrange as aposentadorias, as pensões e os benefícios assistenciais. Em 2024, englobou 14% das variações patrimoniais diminutivas.

O item “Aposentadorias e Reformas” representa 87% do grupo e está detalhado na Tabela 23. As variações identificadas nos itens de 13º salário decorrem principalmente da segregação, no exercício de 2024, das variações patrimoniais com proventos entre os aprovados e pendentes de aprovação pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Tabela 22 – Aposentadorias e Reformas. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	14.718.819,59	11.352.677,83	53,72%	29,65%
APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVACAO PES CIV	8.549.678,97	10.755.461,85	31,20%	-20,51%
GRATIFICACOES	1.322.385,65	908.042,76	4,83%	45,63%
13º SALÁRIO - PESSOAL CIVIL (PEND APROV TCU)	1.321.868,68	0,00	4,82%	-
13º SALÁRIO - PESSOAL CIVIL16/91	773.343,51	1.796.391,39	2,82%	-56,95%



SENTENÇAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	602.830,13	499.486,21	2,20%	20,69%
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS	110.701,42	169.404,52	0,40%	-34,65%
LICENCA PRÊMIO PARA INATIVO CIVIL	0,00	197.036,34	0,00%	-100,00%
Total	27.399.627,95	25.678.500,90	100,00%	6,70%

Fonte: SIAFI.

Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias a manutenção e operação da unidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

Este grupo representa 13,79% do total das variações patrimoniais passivas. Segue detalhamento de cada subgrupo.

- a) Material de consumo: representa 6,08% do total do grupo.

Tabela 23 - Materiais de consumo utilizados. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	1.115.513,81	857.853,80	59,33%	30,04%
MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	442.857,78	330.884,16	23,56%	33,84%
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	272.080,52	160.609,41	14,47%	69,41%
Demais materiais	49.648,62	29.489,98	2,64%	68,36%
Total	1.880.100,73	1.378.837,35	100,00%	36,35%

Fonte: SIAFI.

O item “Material de Consumo Imediato” abrange 59,33% do subgrupo e se relaciona a contratos com fornecimento de material. O valor mais significativo nesses contratos corresponde aos materiais para manutenção de bens móveis e imóveis que, em 2024, compreenderam 65,52% do item. Materiais de TIC representaram 11,84% dos materiais de consumo imediato no mesmo período.

- b) Serviços: englobam 79,19% do total do grupo.

Tabela 24 - Serviços prestados à JFRN. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA FÍSICA	10.376.424,85	9.197.464,51	42,41%	12,82%
SERVIÇOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	6.272.623,01	6.381.505,34	25,64%	-1,71%
SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PESSOA JURÍDICA	2.223.109,11	2.900.691,70	9,09%	-23,36%
SERV. ÁGUA E ESGOTO, ENER. ELÉTRICA	1.651.173,85	1.436.550,55	6,75%	14,94%
SERVIÇOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	1.197.810,38	744.970,79	4,90%	60,79%
DIÁRIAS	1.073.535,06	863.421,18	4,39%	24,34%
ESTAGIÁRIOS	1.024.133,31	1.136.983,50	4,19%	-9,93%
Demais serviços	648.610,64	1.289.790,65	2,65%	-49,71%
Total	24.467.420,21	23.951.378,22	100,00%	2,15%

Fonte: SIAFI.

No valor dos serviços técnicos profissionais - pessoa física, 95,87% corresponde a honorários periciais da assistência judiciária gratuita. Para os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, 97,71% dos dispêndios correspondem às atividades de limpeza, de conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e de vigilância. Nos serviços técnicos profissionais - pessoa jurídica, 93,52% foram gastos com serviços de TIC.

- c) Depreciação e amortização: representaram 14,73% do total do grupo.

Tabela 25 - Depreciação e Amortização. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	2.995.658,02	1.431.193,22	65,82%	109,31%
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	329.689,03	287.857,91	7,24%	14,53%
AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	1.225.748,22	1.376.308,44	26,93%	-10,94%
Total	4.551.095,27	3.095.359,57	100,00%	47,03%

Fonte: SIAFI.

O significativo aumento da depreciação de bens móveis decorreu, em 97,06%, dos investimentos realizados em equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A redução na amortização decorreu da não ocorrência de investimentos em intangível com vida útil definida e da realização de baixas no período, conforme Nota Explicativa 06 - Intangível, o que implicou a diminuição da base amortizável.

Nota 19 – Transferências Financeiras Concedidas

As “Transferências Financeiras Concedidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Diminutivas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 26 - Transferências Financeiras Concedidas. Valores em R\$.

Item da conta contábil	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
MOV. DE SALDOS PATRIMONIAIS	2.956.612,73	3.370.337,70	85,40%	-12,28%
TRANSF. CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP	494.881,30	2.481.126,36	14,29%	-80,05%
REPASSE CONCEDIDO	10.676,66	2.737.488,51	0,31%	-99,61%
Total	3.462.170,69	8.588.952,57	100,00%	-59,69%

Fonte: SIAFI.

O item “Movimento de Saldos Patrimoniais” refere-se, essencialmente, a recolhimentos ao Tesouro Nacional de valores arrecadados por GRU. “Repasse concedido” e “Transferências Concedidas para Pagamento de RP” correspondem, por sua vez, a movimentações de financeiro relativas a Termos de Execução Descentralizada firmados com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As variações entre os exercícios financeiros relacionam-se aos valores dos termos firmados e à execução da despesa na entidade descentralizada (UFRN).

Nota 20 – Desincorporação de Ativos

Refere-se a desincorporação de bens móveis do ativo, no percentual de 24,05%, e ao encaminhamento de crédito para inscrição em Dívida Ativa da União em 75,95% do item.

Nota 21 – Tributárias

Referem-se a taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviço de iluminação pública e outras contribuições.

Entre as taxas, 96,07% dos gastos correspondem ao tributo Taxa Municipal de Coleta de Lixo incidente sobre os imóveis utilizados pela JFRN. Para as contribuições, a quase totalidade do importe destinou-se a obrigações patronais, para o Regime Geral de Previdência Social, incidentes sobre os serviços de pessoa física contratados. O valor residual das contribuições destinou-se à Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

Tabela 27 – Obrigações patronais detalhadas por serviços de pessoa física prestados. Valores em R\$.

Serviço prestado	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
------------------	------------	------------	----	----



Assistência Judiciária Gratuita (AJG)	2.023.183,84	1.802.861,72	99,73%	12,22%
Outros serviços de pessoa física	5.411,12	2.351,17	0,27%	130,15%
Total	2.028.594,96	1.805.212,89	100,00%	12,37%

Fonte: SIAFI.

Nota 22 – Receitas Orçamentárias

Na JFRN, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias originam-se de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pela unidade da Justiça Federal, referentes a custas judiciais. Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na Unidade Gestora (UG) na conta de limite de saque.

Nota 23 – Despesas Orçamentárias

O grupo de maior relevância é “Pessoal e encargos sociais”, que representa 76,88% do total empenhado em 2024:

Tabela 28 - Despesa empenhada. Valores em R\$.

GRUPO	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
DESPESAS CORRENTES	215.492.129,82	194.710.193,22	95,88%	10,67%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	172.796.954,28	158.204.835,49	76,88%	9,22%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.695.175,54	36.505.357,73	19,00%	16,96%
INVESTIMENTOS	9.264.649,70	12.617.017,48	4,12%	-26,57%
Total	224.756.779,52	207.327.210,70	100,00%	8,41%

Fonte: SIAFI.

a) Despesas Correntes

O grupo de “Pessoal e Encargos Sociais” agrega os seguintes elementos:

Tabela 29 - Pessoal e encargos sociais. Valores em R\$.

Elemento de despesa	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	112.593.476,69	102.456.315,87	65,16%	9,89%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	26.981.284,27	25.012.342,13	15,61%	7,87%
OBRIGACOES PATRONAIS	16.733.589,46	15.712.809,28	9,68%	6,50%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	4.479.528,00	4.590.124,64	2,59%	-2,41%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.249.950,18	3.499.772,69	2,46%	21,44%
PENSOES	3.977.444,63	3.905.566,47	2,30%	1,84%
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	1.834.116,49	1.650.656,10	1,06%	11,11%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.560.909,09	694.510,93	0,90%	124,75%
SENTENCAS JUDICIAIS	386.655,47	290.769,80	0,22%	32,98%

INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		391.967,58	0,00%	-100,00%
Total	172.796.954,28	158.204.835,49	100,00%	9,22%

Fonte: SIAFI.

Já as “Outras Despesas Correntes” são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

Tabela 30 - Outras despesas correntes. Valores em R\$.

Elemento de despesa	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	11.776.524,36	10.172.938,74	27,58%	15,76%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS P. JURÍDICA	8.295.227,22	8.975.132,86	19,43%	-7,58%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	7.310.905,09	6.164.150,00	17,12%	18,60%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO	6.793.586,82	3.096.190,41	15,91%	119,42%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.222.959,86	1.885.492,48	5,21%	17,90%
MATERIAL DE CONSUMO	1.777.798,51	1.357.128,38	4,16%	31,00%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.511.326,36	1.274.238,12	3,54%	18,61%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.126.992,60	1.706.045,60	2,64%	-33,94%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	985.726,09	777.947,91	2,31%	26,71%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	284.132,40	419.643,42	0,67%	-32,29%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	238.965,35	224.634,04	0,56%	6,38%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	196.593,55	272.392,05	0,46%	-27,83%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	162.051,55	164.085,82	0,38%	-1,24%
SENTENCAS JUDICIAIS	12.385,78	15.337,90	0,03%	-19,25%
Total	42.695.175,54	36.505.357,73	100,00%	16,96%

Fonte: SIAFI.

Para o elemento com maior valor, “Outros serviços de terceiros - pessoa física”, o percentual de 89,21% refere-se a despesas com honorários periciais da assistência judiciária gratuita e 7,63% a bolsas de estágio.

Agrupado nos “Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, destacam-se os subitens apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância, limpeza, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis (64,65% do total do item), fornecimento de energia elétrica (18,95%) e serviços de telecomunicação e comunicação em geral (8,21%).

b) Despesas de Capital

Correspondeu a gastos com investimentos, conforme detalhamento na tabela a seguir.

Tabela 31 – Investimentos, composição por elemento. Valores em R\$.

Elemento da despesa	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
OBRAS E INSTALACOES	5.672.729,60	1.113.600,00	61,23%	409,40%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.282.140,89	10.607.039,48	35,43%	-69,06%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	218.824,07	340.600,14	2,36%	-35,75%
MATERIAL DE CONSUMO	57.705,93	0,00	0,62%	-
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.515,78	20.203,30	0,22%	1,55%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	9.012,03	534.523,00	0,10%	-98,31%



INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.721,40	1.051,56	0,04%	253,89%
Total	9.264.649,70	12.617.017,48	100,00%	-26,57%

Os subitens “Diárias – Pessoal Civil” e “Indenizações e Restituições” referem-se a gastos com deslocamento de servidores para realizarem a fiscalização de obras em andamento. Para o elemento “Obras e Instalações”, 47,21% destinaram-se a instalação de usinas fotovoltaicas na sede e subseções da JFRN e 44,16% foram aplicados no edifício sede para adequação das varas, biblioteca, salão nobre e espaço café. Os “Outros Serviços de Terceiros PJ” referem-se predominantemente a gastos incorporáveis com a manutenção de imóveis. Os “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ” constituíram aquisições de *softwares* com vida útil indefinida.

Em 2024, a despesa orçamentária para aquisição de “Equipamentos e Material Permanente” destinou-se aos seguintes subitens:

Tabela 32 - Despesa Empenhada para Equipamentos e Material Permanente. Valores em R\$.

Subitem da despesa	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	2.138.543,92	594.565,22	65,16%	259,68%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	387.987,15	40.108,89	11,82%	867,33%
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	291.900,00	5.476.573,91	8,89%	-94,67%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	225.327,30	19.392,22	6,87%	1061,95%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	135.237,50	274.445,00	4,12%	-50,72%
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	74.086,52	0,00	2,26%	-
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	0,00	924.582,69	0,00%	-100,00%
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	0,00	3.132.315,75	0,00%	-100,00%
Demais subitens	29.058,50	145.055,80	0,89%	-79,97%
Total	3.282.140,89	10.607.039,48	100,00%	-69,06%

Fonte: SIAFI.

Como se observa na Tabela 33, os investimentos em bens móveis destinaram-se predominantemente a equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Continuou-se, assim, o aprimoramento da infraestrutura digital da unidade. Nesse contexto, em 2024 as aplicações concentraram-se em servidores/storage.

Nota 24 – Execução dos Restos a Pagar não Processados

Em 2024, havia um saldo de R\$ 4.074.639,73 de restos a pagar não processados. Desse total, 75,85% foram liquidados e pagos, cancelaram-se 4,67%. Segue detalhamento da realização por grupo de despesa.

Tabela 33 - Execução de Restos a Pagar Não Processados em 2024. Valores em R\$.

Descrição	Inscritos em Exercícios anteriores	Inscritos em 2023	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Realização
Total despesas correntes	877.907,66	787.402,81	763.576,92	756.721,89	170.213,81	738.374,77	45,44%
Pessoal e encargos sociais	877.907,66	208.080,80	208.080,80	208.080,80	147.727,58	730.180,08	19,16%
Outras despesas correntes	0,00	579.322,01	555.496,12	548.641,09	22.486,23	8.194,69	94,70%
Investimentos	33.790,00	2.375.539,26	2.333.826,39	2.333.826,39	20.035,89	55.466,98	96,87%
Total	911.697,66	3.162.942,07	3.097.403,31	3.090.548,28	190.249,70	793.841,75	75,85%

Fonte: SIAFI.

Nota 25 – Inscrição de Restos a Pagar Processados

Em 2024, a Inscrição de Restos a Pagar Processados realizou-se com a seguinte distribuição por grupo de despesa:



Tabela 34 - Inscrição de Restos a Pagar Processados. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2024	AV
Total despesas correntes	3.302.609,15	95,00%
Pessoal e encargos sociais	2.089.159,95	60,09%
Outras despesas correntes	1.213.449,20	34,91%
Investimentos	173.869,06	5,00%
Total	3.476.478,21	100,00%

Fonte: SIAFI.

Do total inscrito, 92,45% correspondem a tributos a recolher por meio de DARF Numerado em janeiro de 2024.

Nota 26 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

Em 2024, a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados realizou-se com a seguinte distribuição por grupo de despesa:

Tabela 35 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Valores em R\$.

Grupo da despesa	31/12/2024	AV
Outras despesas correntes	660.466,99	23,29%
Investimentos	2.175.408,87	76,71%
Total	2.835.875,86	100,00%

Fonte: SIAFI.

As despesas do grupo “Investimentos” são as mais relevantes, perfazendo 76,71% do total inscrito. Em relação a esse grupo, 79,90% destinam-se benfeitorias em imóveis e 15,82% a aquisição e instalação de equipamentos para segurança e monitoramento eletrônico. Para o grupo “Outras despesas correntes”, 84,27% destinam-se a despesas com assistência judiciária gratuita.

Nota 27 – Desembolsos das Atividades Operacionais.

As “Atividades Operacionais” comprometeram 95,94% dos desembolsos realizados em 2024 e apresentaram um aumento de 8,93% em relação a 2023.

a) Pessoal e Demais Despesas

“Pessoal e Demais Despesas”, que contiveram 89,69% dos desembolsos operacionais, são decorrentes essencialmente da execução do orçamento com despesas correntes para a prestação de serviços aos jurisdicionados e pagamento de aposentadorias e pensões. Distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 36 – Desembolsos Pessoal e Demais Despesas. Valores em R\$.

Função	Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Judiciária (I)	Pessoal e encargos sociais	124.871.216,35	111.665.709,22	63,59%	11,83%
	Outras despesas correntes	30.338.296,34	25.436.085,17	15,45%	19,27%
Total Judiciária		155.209.512,69	137.101.794,39	79,04%	13,21%
Previdência Social (II)	Pessoal e encargos sociais	28.439.809,67	27.212.966,67	14,48%	4,51%
Encargos Especiais (III)	Benefício Especial, Lei 12.618/2012	2.902.195,83	1.683.776,16	1,48%	72,36%
	Assistência Judiciária Gratuita	9.815.422,73	8.371.073,74	5,00%	17,25%



Total Encargos Especiais	12.717.618,56	10.054.849,90	6,48%	26,48%
Subtotal (IV) = I+II+III	196.366.940,92	174.369.610,96	100,00%	12,62%
Ordens bancárias não sacadas - cartão de pagamento (V)	-192,37	-168,19		
Total Pessoal e Demais Despesas (VI) = IV+V	196.366.748,55	174.369.442,77		

Fonte: SIAFI.

A maior parcela desses fluxos de caixa é representada pelos pagamentos a pessoal ativo. Em 2024, esses gastos alcançaram 63,59% do total dispendido para “Pessoal e Demais Despesas”.

b) Transferências Concedidas

As “Transferências Concedidas” destinaram-se, na quase totalidade, ao pagamento de contribuições previdenciárias patronais pela JFRN. Segue detalhamento:

Tabela 37 – Transferências Concedidas. Valores em R\$.

Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pessoal	16.830.121,47	15.632.946,54	89,20%	7,66%
Contribuição Previdenciária Patronal sobre serviços de terceiros pessoa física	2.036.896,38	1.539.156,29	10,80%	32,34%
Demais transferências	937,16	0,00	0,00%	-
Total	18.867.955,01	17.172.102,83	100,00%	9,88%

Fonte: SIAFI.

A contribuição patronal incidente sobre a folha de pessoal é representada pelos pagamentos ao RPPS (99,04%) e ao RGPS (0,96%). Por sua vez, 99,84% da contribuição patronal sobre serviços de terceiros decorrem do pagamento de honorários periciais para a assistência judiciária gratuita.

c) Outros Desembolsos Operacionais

Nos “Dispêndios Extraorçamentários”, em 2024, 18,77% referem-se à regularização de pagamentos não realizados em decorrência de ordens bancárias devolvidas e 81,23% correspondem ao reconhecimento dos rendimentos líquidos dos saldos em Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para Movimentação. Esses dispêndios compensam-se com os “Ingressos Extraorçamentários”, que incluem, além desses desembolsos, os ingressos decorrentes de depósitos em conta-depósito vinculada, conforme Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa.

Para informações sobre “Transferências Financeiras Concedidas”, ver nota 19.

Nota 28 – Desembolsos das Atividades de Investimento

As atividades de investimento comprometeram 4,06% dos desembolsos realizados em 2024 e apresentaram uma redução de 18,21% em relação a 2023.



Tabela 38 – Desembolsos de investimento. Valores em R\$.

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023	AV	AH
Tecnologia da Informação e Comunicação	4.055.084,95	8.713.880,78	43,78%	-53%
Ativos de rede	1.769.836,35	3.979.873,91	19,11%	-56%
Servidores/storage	2.146.804,99	504.384,71	23,18%	326%
Equipamento para áudio, vídeo e foto	129.431,58	274.445,00	1,40%	-53%
Computadores	0,00	3.420.654,16	0,00%	-100%
Software Pronto	9.012,03	534.523,00	0,10%	-98%
Reformas e benfeitorias em imóveis	2.791.758,37	780.411,01	30,14%	258%
Seção Judiciária em Natal/RN	2.117.422,31	430.375,20	22,86%	392%
Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN	360.394,87	0,00	3,89%	-
Subseção Judiciária em Caicó/RN	201.779,14	246.954,14	2,18%	-
Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN	112.162,05	0,00	1,21%	-
Subseção Judiciária em Mossoró/RN	0,00	103.081,67	0,00%	-
Usinas fotovoltaicas	2.142.287,84	38.000,00	23,13%	5538%
Seção Judiciária em Natal/RN	977.821,41	18.000,00	10,56%	5332%
Subseção Judiciária em Mossoró/RN	473.228,52	20.000,00	5,11%	2266%
Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN	218.955,99	0,00	2,36%	-
Subseção Judiciária em Pau dos Ferros/RN	166.125,95	0,00	1,79%	-
Subseção Judiciária em Caicó/RN	160.766,64	0,00	1,74%	-
Subseção Judiciária em Assú/RN	145.389,33	0,00	1,57%	-
Outros	272.767,54	1.791.744,12	2,95%	-85%
Veículos de tração mecânica	0,00	924.582,69	0,00%	-100%
Mobiliário em geral	22.312,00	674.752,49	0,24%	-97%
Demais investimentos	250.455,54	192.408,94	2,70%	30%
Total	9.261.898,70	11.324.035,91	100,00%	-18%

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 39, destacam-se os desembolsos para:

- Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Reforma na sede da Seção Judiciária, visando melhor atendimento; e
- Aprimoramento da sustentabilidade energética da unidade, por meio das usinas fotovoltaicas.

Nota 29 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Ocorreu geração líquida de caixa positiva nas atividades operacionais, oriunda principalmente dos sub-repasses recebidos, para realização das ações orçamentárias, da setorial financeira. Parte desse incremento destinou-se às atividades de investimento, que não possuíram ingressos em 2024. Não há fluxos de financiamento.